

**PARECER ESPECIAL**

**I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta relatoria o seguinte projeto:

***Protocolo Interno nº 419/2025.***

***Projeto de Lei nº 06/2025.***

***Autoria: Mesa Diretora.***

***Assunto:*** - Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2.327, de 20 de fevereiro de 2006, que "*dispõe sobre a cesta básica concedida aos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal*".

Foi solicitado e aprovado a aplicação do regime de urgência especial ao projeto acima relacionado, com fulcro no art. 200 do Regimento Interno, tendo sido nomeado relator especial, para elaboração de parecer especial, conforme determina o art. 201 do mesmo diploma regimental.

É o relato do necessário.

**II – DA ANÁLISE DO MÉRITO**

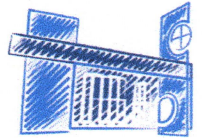
Nos termos do art. 201 do Regimento Interno, concedida a urgência especial para o projeto que não conte com pareceres, o Presidente designará Relator Especial, para a elaboração de parecer escrito.

O projeto de lei supracitado tem como finalidade:

- Dar nova redação ao artigo 1º da lei municipal nº 2.327, de 20 de fevereiro de 2006, que "*Dispõe sobre a cesta básica concedida aos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal*", para conceder aumento real no valor do vale alimentação.
- Ressalta-se que o referido projeto veio acompanhado com a Estimativa de Impacto Orçamentário e Declaração do Ordenador de Despesas, em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Quanto ao aspecto legal do projeto em análise, é de iniciativa da Mesa Diretora os projetos de Lei que tratem sobre a estrutura Administrativa e a situação funcional dos servidores, essencialmente quando o assunto for a remuneração e a concessão de benefícios.

Assim, respeitada a iniciativa, não vislumbro qualquer impedimento para tramitação da Matéria.



Quanto ao aspecto financeiro, verifico que os projetos trazem a atualização do valor do vale alimentação para os servidores ativos do legislativo municipal.

De modo que o projeto traz consigo a observância dos requisitos previstos no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois há estimativa de impacto orçamentário financeiro, como também há a declaração do ordenador de despesas (parágrafo único do art. 17 da LRF), atestando que há recursos suficientes e que os projetos estão em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei orçamentária anual.

Assim, havendo há recursos suficientes para fazer frente às despesas, não encontro óbice no projeto em tela, pois está em consonância com a legislação de regência.

Por todo exposto, o referido projeto tanto na iniciativa quanto na competência material, se encontra regular e apto para a tramitação nesta casa de Lei.

### **III – CONCLUSÃO**

Com base nos argumentos acima expostos, este relator especial opina pela regular tramitação do projeto e pelo prosseguimento de submissão ao plenário, para análise, discussão e votação.

Cordeirópolis, 06 de março de 2025.

  
**VALMIR SANCHES**  
**RELATOR ESPECIAL**